

Economistas e a crise-I

João Paulo
de Almeida Magalhães *

Para entender o que se passa hoje com o debate econômico no país é útil iniciar-se por uma comparação.

Suponhamos que o país esteja ameaçado de uma epidemia, digamos, de cólera. O Governo propõe um programa para evitar que isso aconteça. Médicos começam, então, a dar entrevistas e escrever artigos para jornais sobre o assunto. Um afirma que as medidas propostas são inócuas; outro diz que elas já foram tentadas antes no país e não deram certo; um terceiro condena a quarentena para os suspeitos da doença como técnica ultrapassada e ainda um quarto proclama que um programa anticólera não teria sentido, pois o importante é combater a Aids. O pior é que as propostas alternativas do primeiro são duramente atacadas pelo segundo e as sugestões de meia dúzia de outros médicos nada têm a ver umas com as outras.

Os médicos deixam, assim, de ser levados a sério e, como consequência disso, no fim de algum tempo, deputados, senadores, líderes sindicais, jornalistas e intelectuais de todos os matizes passam a opinar sobre causas e profilaxia da doença. Instala-se o caos no debate com o resultado final de nada se conseguir fazer de positivo, ou eficiente, para evitar a epidemia.

A hipotética situação acima referida espelha, com bastante fidelidade, o que está acontecendo no Brasil com respeito às discussões sobre a crise econômica, em geral, e o controle da inflação, em particular. Minha tese é de que essa surpreendente situação decorre da imaturidade dos economistas brasileiros, fator agravado pela própria imaturidade da ciência econômica.

Começando pela primeira, diria que ela deve ser examinada, preliminarmente, em suas causas e, em seguida, nas suas consequências.

A imaturidade do economista brasileiro é, antes de mais nada, pura e simplesmente uma questão de idade. Alguns estudos mostram, de fato, que se a maturidade profissional e acadêmica do especialista em ciências exatas é alcançada aos 35 anos, no caso das ciências sociais ela se vê protelada até os 45 anos. Se considerarmos que, em países subdesenvolvidos como o Brasil, as condições são pouco favoráveis a uma dedicação profissional exclusiva (frequentes desvios para tarefas políticas ou administrativas), parece lícito elevar esta última cifra para 50 anos.

Ora, a maioria dos economistas envolvidos nos debates em curso no país se acha substancialmente abaixo desse limite. Quando muito, uma pequeníssima parcela recentemente começou a usufruir do equilíbrio proporcionado pela maturidade profissional. Entre os economistas mais velhos que estão participando ativamente (e produtivamente) do debate, não é possível contar mais do que três ou quatro. A quase totalidade dos economistas que já atingiu os 50 anos há algum tempo parece ter se aposentado. Se continuassem a militar em sua profissão talvez pudessem, como os nossos melhores cientistas políticos (cujas médias de idade se acha acima dos 50), oferecer soluções de aceitação largamente majoritária. As teses do parlamentarismo, voto distrital, reforma do Estado, desconcentração de renda e algumas outras, são aceitas por esse grupo profissional, ou discutidas de forma tranqüila e construtiva.

Uma segunda causa da imaturidade do economista brasileiro se acha no provincianismo do contexto nacional. Vejamos por quê.

Tome-se o caso de um hipotético economista americano que obteve seu PhD numa das melhores universidades do país. Digamos, Harvard. Se foi excepcionalmente brilhante, sempre com grau A, ele pode ser convidado para um cargo docente, de início de carreira, na sua própria universidade, ou obter situação um pouco melhor em universidade de terceiro nível. Se não for trabalhar em instituição não acadêmica, terá provavelmente convite para bons empregos em grandes empresas. Sempre, contudo, em início de carreira.

Isso nada tem de surpreendente porque Harvard forma anualmente algumas centenas de PhDs, o que sucede, igualmente, com numerosas outras universidades do mesmo nível. Além disso, o nosso jovem e brilhante economista americano vai perceber que existem no mercado milhares de PhDs diplomados em muitos anos anteriores e cuja superior capacidade profissional foi adquirida através de longa prática. Final-

mente, ele não pode deixar de comparar seu nível de conhecimento com o de seus antigos professores, o que constitui mais um fator de encorajamento de sua modéstia.

Se esse mesmo PhD for brasileiro, a situação se torna completamente diferente. Ele desembarca, em seu país, não vê nenhum PhD (ou muito poucos) de Harvard, Yale ou MIT. Sua reação, muito humana, aliás, é pensar: sou o maior. O que vai ser confirmado pelo convite para os postos mais elevados de instituições acadêmicas e empresas.

Claro está que essa ascensão rápida e sem esforço e a ausência de um confronto criativo com outros especialistas em nada contribuem para a maturidade profissional. Pelo contrário, geram, no nosso hipotético economista, resistência a fatores potencialmente atuantes nesse sentido. Seu sucesso profissional instantâneo leva-o a supor que a maturidade veio embrulhada no seu diploma de doutorado. Qualquer sugestão em sentido oposto só causa ressentimento.

Os resultados da imaturidade se acham patentes na maneira pela qual a comunidade de economistas brasileiros vem se conduzindo num problema de vital importância para o país, como o da inflação fora de controle.

As propostas governamentais são atacadas de forma que agride as regras mais elementares de um debate racionalmente conduzido. Assim, um argumento frequentemente repetido é o de que o Plano Collor II repete o Plano Cruzado, ou de que usa instrumentos que no passado não deram certo.

Essa posição equivale à do matuto que não leva sua filha ao hospital para se operar de apendicite porque há algum tempo sua mulher morreu em consequência dessa operação. A colocação do problema, dentro da lógica mais elementar, deveria ser completamente diferente. O importante é saber por que morreu sua mulher. Foi por ter sido a operação excessivamente retardada? Ou porque ela tinha uma condição cardíaca que tornava a intervenção cirúrgica arriscada? Ou, ainda, porque o hospital estava com falta de antibióticos e não pôde controlar uma infecção que se manifestou? Ou, finalmente, pelo fato de o único cirurgião do lugar estar doente e ter sido sua mulher operada de emergência por um clínico geral? Apenas se a condição de sua filha se enquadrar em um desses casos, sua atitude terá algum sentido.

A constante acusação de que o Plano Collor II repete o Plano Cruzado, sem análise prévia das razões por que este fracassou, e sem comprovação de que tais fatores negativos permanecem válidos, corresponde exatamente à posição do matuto. A mesma crítica vale para as afirmações, sem maior análise, de que o congelamento, a desindexação etc. são condenáveis porque não deram, no passado, os resultados anunciados.

Outra consequência da imaturidade é o vedetismo. Os nossos PhDs que desembarcaram no país como estrelas lutam, de todos os modos, para manter essa posição. Diante da proposta de nova política econômica do governo, em vez de uma reação madura, consistente em assinalar aspectos positivos e negativos e apresentar alternativa a estes últimos, ele só se preocupa em denunciar falhas, procurando apresentá-las como irreversíveis e suficientes para invalidar toda a estratégia proposta. Ele está, em última análise, querendo mostrar ser mais competente do que os autores do plano.

Sem dúvida, um leitor profissional, que sabe estar a política econômica oficial simplesmente tentando reproduzir fórmulas descritas na literatura e utilizadas na experiência internacional, percebe que as objeções não se referem a mais do que 20% das medidas propostas. As críticas seriam, pois, admissíveis dentro de círculos profissionais que reconhecem a existência de um acordo básico em torno de 80%. Feitas, todavia, na imprensa ou em congressos pseudoprofissionais, cujo único objetivo é aumentar a repercussão desse tipo de crítica, elas tocam às raízes da irresponsabilidade. Isso porque destroem a credibilidade da equipe governamental junto ao público. E essa credibilidade é de vital importância em qualquer política econômica. Isso vale, especialmente, para o caso da inflação.

Poderíamos listar muitos outros corolários negativos da imaturidade que vêm grassando entre os nossos profissionais da Economia. Prefiro, contudo, passar a falar da própria imaturidade dessa ciência. Isso fica, todavia, para outro artigo.

* Professor titular de Economia da UFRJ. O segundo artigo desta série será publicado na próxima segunda-feira.